



Presidente do TST defende limites à terceirização

O Supremo Tribunal Federal (STF) enviou questionamentos ao presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Antonio Levenhagen, sobre a Súmula 331 que proíbe a terceirização de atividades-fim e está sendo questionada no Supremo em pelo menos duas ações: da Celulose Nipo Brasileira (Cenibra) e da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag).

Ambas têm repercussão geral – isso significa que a posição do STF deverá ser adotada em todas as instâncias da Justiça – e argumentam

que a proibição da terceirização nas atividades essenciais das empresas fere o princípio constitucional da livre iniciativa.

Levenhagen discordou do argumento adotado pela Abag e Cenibra, e defendeu a Súmula 331. Segundo ele, trata-se de uma forma de assegurar “a igualdade de condições de trabalho e de salários”, ajuda na solução de conflitos sem que a Justiça do Trabalho se “aventure” a substituir o Poder Legislativo. Mais detalhes no site do Sindicato.

Ex-presidente da Caixa critica abertura de capital da empresa

Para o ex-presidente da Caixa (2003 a 2006), economista Jorge Mattoso, abrir o capital da empresa é acabar com o papel de banco público, voltado para investimentos sociais. A crítica foi publicada no dia 05/01 no site Brasil Debate.

O ex-dirigente lembra que a Caixa foi mantida aos trancos e barrancos nos anos 1990 e o resultado foi uma reestruturação financeira e patrimonial em 2001, “com o in-

tuito de privatizá-la”, período em que, segundo ele, “as políticas públicas foram abandonadas”.

Mattoso aponta até, como consequência da venda de ações, que o banco público “muito possivelmente deixaria de existir enquanto Caixa, pois seria incorporada pelo Banco do Brasil ou vendida a algum banco privado”.

O artigo na íntegra você confere no site do Sindicato.

Bancos multados em R\$ 19 mi

As falhas no sistema de segurança dos bancos mostram o risco que clientes e bancários passam diariamente. Em 2014, a Polícia Federal multou as empresas em R\$ 19 milhões devido ao problema.

O valor desembolsado no ano passado é 535,9% maior do que o de 2012, segundo o Dieese. Mesmo assim nenhuma medida é to-

mada pelas empresas.

O Banco do Brasil foi o campeão de multas em 2014, R\$ 5,089 milhões. Depois surgem Itaú (R\$ 4,5 milhões) e Bradesco (3,4 milhões).

As principais irregularidades são câmeras e alarmes quebrados, número insuficiente de vigilantes e o transporte de valores feito de forma irregular.

Após mesa temática, BB restringirá acesso ao PIN

Atendendo a reivindicação do movimento sindical durante Mesa Temática, no dia 4/12, sobre a Forma de Cobrança de Metas, o Banco do Brasil informou que o aplicativo Painel de Informações Negociais terá o seu acesso limitado aos administradores. A mudança já foi encaminhada à Diretoria de Tecnologia para os ajustes necessários no sistema.

O PIN estava sendo usado indevidamente como critério de seleção e, ainda, sendo liberado o seu acesso a qualquer funcionário, também caracterizava uma forma de ranqueamento.

Centrais avaliarão mudanças em benefícios previdenciários

As cinco centrais sindicais - Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) - se reunirão ainda neste mês para discutir as mudanças anunciadas pelo governo no dia 29 de dezembro que tornam mais rígidas as regras para a concessão de cinco benefícios trabalhistas e previdenciários.

Aposentados inválidos isentos de perícia

Uma importante reivindicação do movimento sindical finalmente saiu do papel para beneficiar milhares de brasileiros que dedicaram anos da vida ao trabalho. Está em vigor a lei que isenta os aposentados por invalidez e pensionistas inválidos do RGPS (Regime Geral da Previdência Social) de se submeterem a exame médico-pericial após completarem 60 anos. A determinação da isenção e as exceções estão descritas na alteração da Lei 8.213, sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 31 de dezembro de 2014.

Cresce o acesso à universidade pública no Brasil

A educação no Brasil está cada vez mais abrangente. Na universidade pública, a participação dos 20% mais pobres da população brasileira aumentou de 1,7% para 7,2%, entre 2004 e 2013, de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Em contrapartida, a participação dos 20% mais ricos caiu de 55% para 38,8% no período. Nas universidades privadas, o fenômeno se repete. A participação dos 20% mais ricos caiu de 68,9% para 43%, enquanto que a dos 20% mais pobres cresceu de 1,3% para 3,7%.